



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1355905 - PR (2018/0224215-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

AGRAVANTE : CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A

ADVOGADOS : ANTÔNIO JUSTINO FORCELLI E OUTRO(S) - PR005297

ANDRÉ RICARDO FORCELLI - PR027685

AGRAVADO : POLINORTE-INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME

AGRAVADO : SERGIO HIROSHI OKUNO

AGRAVADO : DOUGLAS TOSHIO OKUNO

ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE SCHIEFER E OUTRO(S) - PR013088

DANILO SCHIEFER - PR036515

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 NCPC), interposto por CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 181/206, e-STJ).

Na origem tratou-se de execução de título executivo extrajudicial. Os pedidos iniciais foram julgados improcedentes por haver transcorrido o prazo prescricional para a cobrança dos valores pretendidos. No curso do feito foi requerido o reconhecimento de fraude à execução e ineficácia de doação dos bens dos devedores. Reconhecida a fraude, foi interposto agravo de instrumento o qual restou provido nos seguintes termos:

Agravo de instrumento. Execução. Nota promissória. Decisão agravada que reconhece fraude à execução e ineficácia de doação de bens dos devedores. Processo extinto pelo reconhecimento de prescrição intercorrente em recurso anterior manejado pelos executados. Prosseguimento do feito. Afronta à segurança jurídica. Decisão cassada. Interposição de recurso especial pelo exequente recebido sem efeito suspensivo. Eficácia do julgamento que extinguiu o processo. Recurso conhecido e provido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fls. 175-178, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos **11, 314, 489, 921, 923 e 1.022 do CPC/15 e 206 do Código Civil**.

Sustenta, em síntese: a) obscuridade e omissão na decisão colegiada; b) ausência de extinção do processo de execução em razão da interposição de recurso especial contra decisão que reconheceu a prescrição intercorrente - REsp 1650560/PR; c) impossibilidade de reconhecimento da prescrição ante a falta de intimação do exequente; d) reconhecimento de fraude à execução pelo juízo de piso.

Sem contrarrazões (fl. 213, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que não houve violação aos dispositivos legais citados e de incidência do enunciado de Súmula n. 284/STF.

Irresignados (fls. 219/234 e-STJ), aduzem os agravantes que o reclamo merece trânsito, uma vez que não presentes os referidos óbices.

Contraminuta às fls. 264/265 (e-STJ), sustentando o acerto do *decisum* hostilizado.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **merece** acolhida.

1. Destaca-se que o presente recurso é conexo ao Recurso Especial n. 1.650.560-PR, pois ambos se referem ao mesmo processo na origem.

Ao apreciar as razões recursais do ora recorrente nos autos no aludido apelo extremo, deu-se provimento ao reclamo para afastar a declaração da prescrição intercorrente antes da intimação do exequente.

Desta forma, ausente o fundamento utilizado pelo órgão colegiado estadual que cassou a decisão do juízo singular.

2. Do exposto, **dou provimento** ao recurso especial, para **restabelecer a decisão** de primeiro grau que reconheceu a fraude à execução.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator